



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**

Secretaria Municipal de Saúde

Gerência de Logística

Processo n.º	
Folha	0174
Rubrica	

## **A SEMUS/GAB,**

Trata-se da futura contratação de empresa especializada para a prestação de serviço para atendimento, por profissionais de saúde, aos munícipes de Vitória, de modo a prestar esclarecimentos, tirar dúvidas, dar orientações e encaminhamentos sobre o acesso às ações e aos serviços de saúde quanto à Pandemia do COVID-19, considerando a altíssima capacidade de disseminação do vírus agravada pela aglomeração de pessoas em espaços comuns, impondo medidas urgentes para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional.

Consta nos autos parecer da PGM que não se vislumbra óbice a contratação direta que irá servir apenas para evitar o perecimento de interesse público.

Em atenção ao parecer supracitado, informamos que a SEMUS tentou de várias formas buscar junto ao mercado propostas para a prestação do serviço em tela, constam nos autos emails encaminhados para várias empresas, assim como a proposta da empresa CREDCALL que apresentou uma proposta no valor de R\$ 476.190,00, valor superior da empresa CAPER SERVIÇOS, além do mais outras empresas se manifestaram no sentido de não ter interesse da participação, por exemplo, a empresa SOLLO BRASIL, conforme demonstrado nos autos.

A escolha da empresa CAPER SERVIÇOS se deu por apresentar a proposta mais vantajosa para o município, além do mais as documentações foram analisadas pela Unidade Requisitante na qual houve deferimento, conforme demonstrado nos autos.

Reiteramos que a referida contratação está respaldada nos termos da Lei Federal 13.979/2020, alterada pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020.

Considerando o parecer técnico nº 325/2020 – CGM/GACC, informamos:

1. O processo esta instruído com a qualificação técnica solicitada pela a unidade requisitante. Reiteramos que a referida contratação está respaldada nos termos da Lei Federal 13.979/2020, alterada pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020.
2. Informamos que a Gerente do FUMDES encontra-se em trabalho Home Office, estando amparada legalmente.
3. Informamos que a emissão da nota de reserva foi providenciada conforme consta nos autos, apontando a existência de recursos orçamentários para a presente despesa.
4. Consta no auto o check list.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**

Secretaria Municipal de Saúde

Gerência de Logística

Processo n.º	
Folha	
Rubrica	

Considerando todas as justificativas já constantes nos autos;

Considerando que a presente contratação enquadra-se na hipótese de Dispensa de Licitação, conforme art 24, inciso IV da Lei 8.666/93, nos termos da Lei Federal 13.979/2020, alterada pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020;

Considerando que os autos foram submetidos à análise das assessorias jurídica (PGM) e técnica (CGM), foram **favoráveis** à contratação na forma do dispositivo legal acima citado;

Diante do exposto, submetemos a presente contratação à ratificação de V. S<sup>a</sup>., em atendimento ao disposto no art. 26 da Lei 8666/93.

Aproveito o ensejo, para renovar meus mais sinceros protestos de elevado respeito, estima e consideração.

Vitoria/ES, 08 de Abril de 2020.

Atenciosamente,

  
**Felipe Pimentel**

Gerente de Logística



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Processo n.º	
Pág.:	0175
Rubrica:	

**À SEMUS/ GL**

Em atendimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93, **RATIFICO** contratação da empresa **CAPER SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA**, CNPJ: 09.336.584/0001-45, para a prestação de serviço de central de atendimento na modalidade Call Center para atendimentos relacionados a Pandemia do COVID-19, por profissionais de saúde, aos munícipes de Vitória, de modo a prestar esclarecimentos, tirar dúvidas, dar orientações e encaminhamentos sobre o acesso às ações e aos serviços de saúde quanto à Pandemia do COVID-19, considerando a altíssima capacidade de disseminação do vírus agravada pela aglomeração de pessoas em espaços comuns, impondo medidas urgentes para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus, no valor global de **R\$453.243,12** (quatrocentos e cinquenta e três mil, duzentos e quarenta e três reais e doze centavos) por **Dispensa de Licitação** com fulcro no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93; e nos termos da Lei Federal 13.979/2020, alterada pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, e com base nos dos pareceres da PGM e CGM, constantes nos autos.

Em, 08 de Abril de 2020.

  
**Cátia Cristina Vieira Lisboa**  
Secretária Municipal de Saúde

